

STE quer aumento de 3,5 por cento para impedir nono ano sem ganhos reais

Vítor Costa

● Aumento dos salários e das pensões dos funcionários públicos em 3,5 por cento em 2008 para pôr um ponto final na perda de poder de compra que se regista desde o ano 2000 na função pública. Foi com esta proposta que o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) deu ontem o pontapé de saída para as negociações salariais de 2008 que apenas deverão ter início oficial depois de 15 de Outubro, quando o Governo entregar na Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado.

Num documento que vai além das questões salariais e que é subscrito, para além do STE, pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos e pelo Sindicato Nacional e Democrático dos Professores, são feitas as contas à perda de poder de compra dos salários verificada desde 2000: “Em termos acumulados, entre 2000 e 2007, o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública vai diminuir mais de dez por cento para aqueles que tiveram um congelamento salarial em 2003/2004 e de quase sete por cento para os restantes”, sublinham os sindicatos. Adiantando que também os aposentados da função pública têm sentido a política orçamental restritiva: “A grande maioria teve uma diminuição do seu poder de compra em 2007, variando entre 2,5 por cento e um por cento.”

Para além das questões relacionadas com os aumentos salariais (pelo oitavo ano consecutivo abaixo da inflação), as três estruturas sindicais lembram que também o congelamento dos escalões desde Setembro de 2005, o atraso nas promoções, a subida em 50 por cento do desconto para a ADSE desde 2007 (a taxa passou de um por cento para 1,5 por cento do salário) e a colocação de trabalhadores em mobilidade especial têm penalizado os trabalhadores. E é com base nestes argumentos que os

sindicatos propõem “uma actualização da matéria pecuniária para salários e pensões de 3,5 por cento”. A proposta, concluem os seus autores, é sustentada nas projecções do Banco de Portugal (inflação de 2,3 por cento, acrescido de 1,2 por cento resultante da participação nos ganhos de produtividade) e assenta em três princípios: reposição do poder de compra; competitividade e equidade salarial com o sector privado da economia; e aproximação aos valores europeus.



NUNO FERREIRA SANTOS

Foi dado o tiro de partida para a negociação salarial